

# Ensino de pós-graduação no Brasil: as Ciências Militares

## Post-graduate education in Brazil: Military Sciences

Rev. Bra. Est. Def. v. 4, n° 1, jan./jun. 2017, p. 127-153

DOI: 10.26792/RBED.v4n1.2017.66003

ISSN 2358-3932

---

**RAFAEL SOARES PINHEIRO DA CUNHA**  
**EDUARDO XAVIER FERREIRA GLASER MIGON**

Duas grandezas neste instante cruzam-se!  
Duas realezas hoje aqui se abraçam!  
Uma – é um livro laureado em luzes  
Outra – uma espada, onde os lauréis se enlaçam  
Nem cora o livro de ombrear co' o sabre...  
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...

Castro Alves

(Quem dá aos pobres, empresta a Deus)

### INTRODUÇÃO<sup>1,2,3</sup>

Resgatando as origens dos primeiros sinais daquilo que se entende por atividades de estado-maior no Brasil, remonta-se ao ano 1808, quando as forças armadas do Reino acompanharam a família real portuguesa em sua transferência para o país. Tal fato provocou o estabelecimento de estruturas de defesa no território colonial, dentre as quais se destaca o Quartel-General da Corte. Naquela organização passou a ser composto um órgão de assessoramento e apoio, que desempenhava funções análogas às dos estados-maiores napoleônicos, contemporâneos ao português, que orientava e coordenava as atividades das forças militares de D. João VI (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército 2005, 36).

Após um lapso temporal de quase cem anos, caracterizado pela instabilidade e por diversos eventos belicosos, em diferentes graus, tais como o processo de Independência, a Campanha da Cisplatina, as lutas internas no período imperial, a Guerra do Prata e a Guerra da Tríplice Aliança, o

---

**Rafael Soares Pinheiro da Cunha** – Programa de Pós-graduação em Ciências Militares / Instituto Meira Mattos / Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME).

**Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon** – Programa de Pós-graduação em Ciências Militares / Instituto Meira Mattos / Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME)

Estado-Maior o Exército (EME) foi criado pela Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, com a função primordial de preparo do Exército para a defesa da pátria (Brasil 1896).

Em virtude da abrangente missão atribuída ao EME, cujos efeitos eram de significativa repercussão no Exército, aumentou a necessidade de ampliar a quantidade de oficiais habilitados a realizar, em elevado nível, as atividades de estado-maior. Naturalmente, os profissionais deveriam ter grau superior de formação, participar de processos seletivos e receber conhecimentos em um instituto próprio de altos estudos bélicos. As chefias militares brasileiras tinham a intenção de constituir uma instância que fosse capaz de garantir a renovação de seu Quadro de Oficiais de Estado-Maior e de contribuir para o desenvolvimento, difusão e avaliação da doutrina militar terrestre.

Em tal contexto, a partir do capítulo VIII (art. 49 e 50) do Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905, que aprovava o regulamento para os institutos militares de ensino, era estabelecida a Escola de Estado-Maior (EEM), submetida à inspeção técnica do EME.

Art. 49. Esta escola fica sob a imediata inspeção technica do chefe do estado-maior do Exercito; tem por fim proporcionar aos officaes, até o posto do capitão, inclusive, que tenham o curso de sua arma, a instrucção militar complementar superior que os habilite para o serviço de estado-maior no Exercito e funcionará em uma dependencia da repartição do estado-maior do Exercito. O seu curso será de 24 mezes, não sendo permittida a repetição de nenhum dos periodos em que é elle dividido (Brasil 1905).

Naquela ocasião, o Exército Brasileiro (EB) ingressava em uma nova fase, na qual passaram a ser ministrados regularmente aos oficiais ensinamentos estratégicos, táticos e logísticos, indispensáveis ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.

Pelegrino Filho (2005) comenta que, ao longo das duas primeiras décadas, a influência alemã foi marcante, em virtude do papel desempenhado pelos “jovens turcos”, portadores das ideias prussianas do final do século XIX. Esses oficiais, que tiveram a oportunidade de estagiar naquele Exército, foram precursores da profissionalização do EB, valendo-se da revista “A Defesa Nacional”, por eles fundada, para divulgar tal pensamento.

Posteriormente, a fase sob influência francesa deu-se logo após o término da 1ª Guerra Mundial, em 1918, quando o governo brasileiro foi buscar, na França, instrutores especializados em assuntos ligados à arte da guerra. Assim, com a missão militar aqui instalada, a atualização profissional chegou aos oficiais da EEM. Grandes méritos foram creditados à Missão

Militar Francesa (MMF), que se empenhou na divulgação de novos processos de combate, legando, inclusive, publicações sobre táticas das armas, serviços em campanha e chefia militar. A partir de 1920, com regulamento próprio estabelecido pelo Decreto nº 14.130, de 7 de abril daquele ano, a EEM passou a ter como objetivo a instrução “metódica e progressiva” (Brasil 1920). No entanto, a não renovação do contrato com a MMF, em 1940, marcou o início do fim da presença dos oficiais franceses na estrutura do Exército e da EEM (Marcusso 2015).

A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial gerou modificações profundas na doutrina, nos currículos e nos métodos de ensino e trabalho, além do próprio ambiente da EEM, momento em que o estabelecimento de ensino militar passou a sofrer forte influência norte-americana. O retorno dos últimos três membros da MMF e os acordos militares com os norte-americanos concorreram, decisivamente, para tais transformações, que coincidem com a instalação definitiva da Escola no prédio da Praia Vermelha, onde se encontra até os dias atuais (100 anos – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército 2005).

A partir da segunda metade do século XX, com a denominação de Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), inicia a busca por identidade própria, baseada em uma doutrina autóctone que atendesse às especificidades culturais, organizacionais, políticas geográficas do Brasil.

Assim, a ECEME, que recebeu a denominação histórica de Escola Marechal Castello Branco, é um estabelecimento de ensino tradicional e de mais alto nível do EB, consistindo num instituto militar de pós-graduação e centro de desenvolvimento doutrinário bélico. Tem por escopo habilitar o futuro assessor da Alta Administração e o oficial de Estado-Maior a pensar o Exército, motivando-o e capacitando-o a acompanhar o desenvolvimento da Estratégia, Tática, Direito, Administração, Logística, Ciência e Tecnologia, aplicados à evolução da operacionalidade da Força Terrestre. Ademais, é responsável pela condução de cursos de Pós-Graduação em Ciências Militares, nos níveis *lato* e *stricto sensu*.

Este texto tem por objetivo investigar o papel sócio histórico da ECEME, como Instituição de Ensino Superior (IES), na gestão do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM), inserido na área de concentração de Defesa Nacional. Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa, a partir da técnica de análise documental, observadas fontes primárias (legislação) e secundárias, em registros contemporâneos e retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

Para além dos aspectos introdutórios e das considerações finais, tem-se que este artigo foi organizado em cinco partes, onde se buscou abranger

desde a teorização das Ciências Militares até as conquistas recentes do EB/ECEME. A primeira e segunda seções desenvolvem aspectos associados às Ciências Militares, informando origens, conceitos, fundamentos normativos, sistemática de ensino, etc. As seções seguintes, terceira e quarta, se propõem a desenvolver elementos específicos da pós-graduação em Ciências Militares, a exemplo dos marcos normativos e da trajetória evolutiva desta no país. A última seção se dedica à dinâmica recente da pós-graduação em Ciências Militares, pelo que aborda aspectos das propostas de cursos de mestrado acadêmico e doutorado recentemente formuladas pela ECEME. Ao final, reporta-se ampla indicação de referências bibliográficas, com a finalidade adicional de cooperar com outros pesquisadores interessados no tema.

## CONCEPÇÃO DAS CIÊNCIAS MILITARES

Os primeiros registros de belicismo, ainda como violência intergrupos, remontam ao final do período Pleistoceno/início do Holoceno, há onze mil anos. Tal fato sinaliza a ocorrência de guerras na pré-história, antecedendo o próprio estabelecimento da sociedade com características sedentárias (Wrangham; Glowacki 2012; Fry; Söderberg 2013). Recentemente, Mirazón Lahr et al. (2016), ao realizarem pesquisa de cunho antropológico, postularam que a origem da guerra é controversa. Como artigo de capa da revista *Nature*, com a chamada *Echoes of Ancient War*, os pesquisadores encontraram fósseis humanos de primitivos caçadores-coletores, em Nataruk, no Quênia, com sinais de lesões traumáticas, representando o marco mais antigo de morte violenta.

Saltando-se no tempo, entende-se que os estudos da guerra, da história militar e, conseqüentemente, das Ciências Militares são anteriores a este século. Strachan (1983, 6 apud Smith 2004, 56), reforçando a ocorrência de pesquisas de tal natureza desde o século XVIII, sublinha que dezesseis novas revistas relacionadas às Ciências Militares surgiram na Alemanha, entre 1766 e 1790. Possivelmente aquele tenha sido um período de notável desenvolvimento das Ciências Militares, uma vez que Gat (1992) reproduz a afirmação do major John Mitchell, veterano britânico das guerras napoleônicas, que indicou que, até início do século XIX, pouco havia mudado na aplicação de força no campo de batalha, desde os tempos da Grécia Antiga.

Por sua vez, Pellegrini (1997) pontua que a teoria militar moderna, que pode ser entendida como ciência militar, nasceu da Revolução Francesa e das guerras que se seguiram. Para o autor, aquela insurreição contra o Rei Sol, Louis XVI, deu início a uma sublevação na Europa, que varreu tudo o

que existia, estabeleceu uma nova ordem na França e criou um novo modelo para a sociedade no Velho Continente.

Entretanto, o primeiro dicionário específico para as Ciências Militares (*Diccionario de Ciencias Militares*) só viria a ser publicado em 1895, por Don Mariano Rubió y Bellvé, em Barcelona. Naquele documento, as Ciências Militares eram definidas como “[...] todas as disciplinas cujo conhecimento interesse de modo directo à conduta da Guerra. A Ciência Militar analisa, examina, compara e deduz, enquanto a Arte Militar executa [...] sendo a Sociologia o domínio dos conhecimentos relativos à existência das sociedades humanas, as Ciências Militares são parte integrante da Sociologia” (Bellvé 1895). Raleiras (2012, 190) infere que da definição apresentada já se poderia concluir que Ciência e Arte Militar eram consideradas aspectos indissociáveis na conduta da Guerra.

Também, há quase duzentos anos, Mello (1849, 9 *apud* Raleiras 2012, 190) destacava que a arte da guerra é a mais antiga das ciências, e que, à época, as Ciências Militares, e as que a circundam, tinham notável desenvolvimento.

Mais recentemente, Jordan (2013, 880) define Ciências Militares como “o estudo dos processos militares, de instituições e do comportamento, junto com o estudo de guerra, por meio de teoria e da aplicação de força coercitiva de modo organizado”. Desta forma, seu principal foco seria direcionado à teoria, ao método e à prática de produção de capacidade militar, de modo diretamente relacionado com a política de defesa nacional de um Estado. Entende-se, assim, que as Ciências Militares servem para identificar os elementos estratégicos, políticos, econômicos, psicológicos, sociais, operacionais, tecnológicos e táticos, necessários para sustentar a força militar em vantagem relativa e para aumentar a probabilidade e os resultados positivos da vitória na paz ou durante a guerra.

Outra relevante definição, bastante abrangente, a ser considerada é a do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), que afirma que as

Ciências Militares são um corpo organizado e sistematizado de conhecimentos, de natureza multidisciplinar, resultante da investigação científica e de práticas consolidadas, avaliadas e reconhecidas pela comunidade científica, relativo ao desenvolvimento das metodologias [e ainda] emprego de capacidades militares utilizadas na defesa, vigilância, controlo e segurança dos espaços sob soberania ou jurisdição nacional, na resposta a crises, conflitos e emergências complexas, em missões humanitárias e de paz, em apoio ao desenvolvimento e bem-estar, na cooperação e assistência militar, bem como na atividade de segurança interna (Portugal 2016).

## FUNDAMENTAÇÃO E ENSINO DAS CIÊNCIAS MILITARES NO BRASIL

Desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o ensino militar era regulado por lei especial (Brasil, 1961). O modelo atual do sistema de ensino superior brasileiro, que conta com exatas duas décadas, encontra-se disciplinado na Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. No escopo das Ciências Militares, é fundamental ressaltar o art. 83 do referido documento, que classifica, igualmente, o ensino militar como “regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino” (Brasil 1996).

O EB foi o precursor, dentre as Forças Armadas, em expedir legislação própria. É, portanto, também relevante observar a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, conhecida como Lei do Ensino no Exército (LEEx), de onde se extrai que “os cursos realizados em estabelecimentos de ensino militar por detentores de cargos de nível superior, constituem, para efeito universitário, cursos de pós-graduação, desde que atendida a legislação pertinente”, bem como que “os cursos de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras são de grau universitário, conferindo-se aos seus diplomados a graduação de Bacharel em Ciências Militares” (Brasil 1999a).

Na sequência, marco significativo foi a publicação do Diário Oficial da União nº 58, de 26 de março de 2002, que tornou público o despacho de 22 de março, do Ministro da Educação, que homologava o parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CES nº 1295/2001), estabelecendo a equivalência de estudos e a inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país.

Com reflexos *interna corporis*, e a fim de estabelecer o conceito, finalidade e delimitar o escopo de estudo das Ciências Militares, estabeleceu-se o conceito a mesma “como sendo o sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar” (Brasil 2010a). Em adição, dentro do mesmo entendimento de propor uma taxonomia orientadora dos esforços de sistematização do ensino das Ciências Militares no contexto do Exército, registrou-se que as Ciências Militares integravam a “Grande Área do Conhecimento da Defesa”, abrangendo, também, 36 áreas de concentração, a saber: Administração, Auditoria, Balística, Cibernética, Ciências Contábeis, Ciência e Tecnologia, Comunicação Social, Cultura, Defesa Nacional, Direito, Doutrina, Economia e Finanças, Educação, Educação Física, Engenharia e Construção, Estatística, Estratégia, Geopolítica, História Militar, Informática, Instrução Militar, Inteligência,

Gestão, Liderança, Logística, Meio Ambiente, Mobilização, Operações Militares, Política, Projetos, Prospectiva, Recursos Humanos, Relações Internacionais, Saúde, Simulação e Sociologia.<sup>4</sup>

Ademais, outra perspectiva<sup>5</sup> de inserção em áreas e subáreas é a proposta apresentada pelo Ministério da Defesa (MD) à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), constante do Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 (Brasil 2010b), conforme informado no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Composição da Área de Defesa e Segurança Nacionais.

Área	Subáreas
Defesa e Segurança nacionais	Políticas e Estratégias de Defesa Nacional
	Tecnologias de Defesa
	Ciências Militares Conjuntas
	Ciências Militares Navais
	Ciências Militares Terrestres
	Ciências Militares Aeroespaciais
	Segurança Pública

Fonte: Brasil (2010b, 336), adaptado pelos autores.

Tem-se, em síntese, que há mais de 200 anos já se verifica a existência de registros acerca das Ciências Militares, tanto em termos conceituais quanto em termos normativos. A realidade brasileira também evidencia esforços centenários de implantação e desenvolvimento desta área científica, em dinâmica que se tornou mais expressiva, sobretudo nos marcos normativos, nos últimos quinze a vinte anos. Destaca-se a estruturação do sistema nacional de pós-graduação em dois subsistemas, edificados a partir de elementos conceituais e normativos próprios, admitindo-se, desde a concepção original, a conveniência de articulação, por intermédio do instituto da “equivalência de estudos”.

## AS BASES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS MILITARES NA ECEME

Ao longo da história, a ECEME teve sua evolução caracterizada por três variáveis – o pensamento, a doutrina e o ensino militar, ora sensível aos acontecimentos históricos nacionais e internacionais, que conformaram alterações doutrinárias, ora aos progressos da didática e da tecnolo-

gia educacional. Com o advento da Constituição Federal de 1988, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com a edição da nova Lei de Ensino do Exército, a Escola adequou-se à nova situação e dinamizou seu processo de ensino, passando a valorizar, também, a pesquisa científica.

No ano de 1999, a Escola passou a oferecer a seus oficiais-alunos o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Administração, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ainda naquele ano, a unificação dos ministérios militares, sob a égide do recém-criado MD, provocou uma maior aproximação entre o ensino superior militar e seu congênere civil, via Ministério da Educação (MEC).

Sob o suporte do Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999 (Brasil 1999b), que regulamenta a LEEEx, ocorreu a implantação de mestrados e doutorados no EB, como se depreende de seu art. 15, cuja redação ilustra: “A pós-graduação, complementando a graduação e a formação universitária, possui programas de mestrado e de doutorado e currículos dos cursos de aperfeiçoamento, de especialização e outros”. Assim, a ECEME passou a ter os esforços canalizados, no âmbito das Ciências Militares e da Política, Estratégia e Alta Administração Militar, também aos cursos de nível *stricto sensu*.

Por conseguinte, a partir do ano de 2001, a Escola adotou novo Regulamento Interno, que nivelou os cursos às normas do MEC para o ensino superior, de maneira que todos os formados possuíssem diplomação e titulação equivalentes às conferidas pelo sistema de educação nacional. Nesse ínterim, a fim de suportar a nova estrutura, foi criada, no mesmo ano, a Seção de Pós-Graduação (SPG), que passou a controlar, coordenar e conduzir todo o Programa de Pós-Graduação (PPG), com base nos créditos das matérias regulares, implantando, ainda, as disciplinas Metodologia da Pesquisa em Ciências Militares e Metodologia do Ensino Superior. Melo (2002) ressalta que os alunos da ECEME cujos cursos tinham a extensão de um ano cumpriram o programa *lato sensu* (Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército e os Cursos de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos e de Comando e Estado-Maior para oficiais de Nações Amigas). Complementa informando que os alunos dos Cursos de Comando e Estado-Maior e de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes, ambos com dois anos de duração, puderam optar pela especialização ou pelo *stricto sensu* (mestrado), quando, ainda de maneira incipiente no que tange à distribuição, dos 109 alunos matriculados, 25 optaram pela especialização e 84 pelo mestrado.

O mesmo autor revela que, naquele contexto, os órgãos civis “CAPES” e “Associação Brasileira de Normas Técnicas” (ABNT) tornaram-se refe-

rências para a estruturação, condução e avaliação dos programas conduzidos na ECEME. Destaque seja feito à passagem:

É importante salientar que o Exército deseja que os programas de pós-graduação sejam conduzidos em suas escolas dentro das exigências da CAPES, para que sejam produzidos com o mesmo padrão de qualidade do meio universitário e dentro da equivalência de estudos mencionada na legislação (Melo 2002).

Maia Neto (2012) informa que no ano de 2005, em continuidade ao processo de implantação da Pós-Graduação na ECEME, após avaliação e parecer favorável do escalão superior, o curso de doutorado foi tornado efetivo, tendo treze oficiais matriculados, cujas respectivas teses foram defendidas três anos depois, em 2007.

No prosseguimento, em 2006, no contexto do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), coordenado pelo MD e MEC/CAPES, a ECEME estabeleceu parcerias com a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da FGV e com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Tais convênios traduziram-se em oferta de vagas à ECEME, destinadas aos cursos de pós-graduação nos níveis mestrado e doutorado daquelas instituições, cujas cooperações permanecem, de forma tácita ou explícita, até os dias atuais.

Fruto dos ensinamentos colhidos e aproveitando uma oportunidade de melhoria, no ano seguinte, verificou-se que, embora o estudo estratégico e a pesquisa fossem interdependentes e complementares, os objetivos organizacionais afetos à última permeavam estruturas separadas, levando à superposição de ações. Por conseguinte, a ECEME reestruturou o seu Centro de Estudos Estratégicos (CEE), que absorveu a SPG, antes vinculada à Divisão de Ensino. Em prosseguimento, constatada carência na infraestrutura e nos recursos humanos para a pesquisa, a Escola iniciou gestões de maneira a conferir mais qualidade à pós-graduação, com a participação de pesquisadores bolsistas, civis e militares, nas diversas linhas de pesquisa da época, melhor qualificando a condução do PPG já existente, aproximando-o cada vez mais do meio acadêmico.

Nunes (2012) complementa que outra iniciativa conjunta foi a desenvolvida, naquele ano, entre o MD e a então Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Esta instituiu o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (Pró-Estratégia), o qual proporcionou a aprovação de três projetos de pesquisa acadêmica da ECEME, em parceria com a FGV, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

e com o Programa Interinstitucional de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Verifica-se que o alvorecer do século XXI foi bastante expressivo no que concerne à sistematização da PG na ECEME. Com apoio dos marcos legais recém estabelecidos – Lei de Ensino do Exército e Regulamento da Lei de Ensino do Exército – deu-se início à implantação progressiva da especialização, do mestrado acadêmico e do doutorado. Foram estabelecidas parcerias estratégicas, assim como remodelados a estrutura organizacional interna e a proposta pedagógica associada aos cursos. Iniciou-se a convergência dos parâmetros de avaliação de qualidade dos cursos de PG, com o alinhamento inicial dos cursos de especialização, que rapidamente atingiram os requisitos comuns estabelecidos pelo MEC e pelo MD (Brasil 2008a).

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS MILITARES E O ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

Entende-se que o PPGCM contribui com o atingimento de vários objetivos estratégicos do MD e do EB, em especial no que concerne à formação de recursos humanos com alta qualificação e ao intercâmbio com a sociedade brasileira. A relevância do curso para a administração militar pode ser inferida através da institucionalidade com que o assunto é tratado, sendo exemplo o fato do sistema de pós-graduação militar estar previsto em lei (LEEx e seu respectivo Regulamento), do programa estar regulado na legislação superior do sistema de ensino militar e, mesmo, na importância atribuída às titulações obtidas pelo sistema de valorização do mérito dos militares de carreira. A importância também pode ser estimada observando-se as distintas linhas de fomento disponibilizadas ao programa, as quais somam valor expressivo, em especial quando se observa o elevado valor *per capita* do investimento público em questão.

No nível político, o Programa baliza-se no estabelecido desde a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, que recomenda atenção para a necessidade do Brasil realizar, de forma sistemática, amplo debate sobre Defesa. Segundo o documento emitido pelo MD, “um interesse estratégico do Estado é a formação de especialistas civis em assuntos de defesa” (Brasil 2008b). Ressalta, outrossim, a importância de que se discutam, de forma ampla e abrangente, questões emergenciais como a reorganização e a reorientação das Forças Armadas e a organização da indústria de defesa. Destaca-se, ainda, o interesse de promover maior integração e participação dos setores civis

governamentais na discussão dos temas ligados à Defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de Defesa. Dentro desse desígnio, com a publicação da Política de Ensino de Defesa, por meio do Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010, fica fundamentado o objetivo de incrementar o estudo de temas de interesse da Defesa Nacional no âmbito da sociedade, em particular no meio acadêmico, capacitando os recursos humanos. Ademais, intenciona obter, como produtos, a difusão da Defesa no meio acadêmico, a equivalência de cursos nos sistemas de ensino militar e civil, ampliar o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares e estimular a pesquisa e os estudos sobre Defesa (Brasil 2010c).

Paralelamente aos aspectos relativos à gestão militar, são fundamentais aqueles motivados pelo crescente grau de complexidade que envolve os conflitos no mundo contemporâneo. Além de confrontos entre Estados nacionais, os conflitos modernos assumiram variadas características, que suscitam o concurso de especialistas para sua compreensão e resolução. Cultura, religião, identidade étnica, nacionalismo – tais formas de expressão da humanidade têm papéis importantes na configuração do problema da guerra neste início de século. A interpretação, análise, mediação e emissão de juízo sobre os conflitos modernos implicam que o analista de defesa conheça os multifacetados aspectos que influenciam o curso da política internacional, da manutenção da paz, da prevenção de conflitos e a intrincada natureza da guerra.

Alcança-se, assim, o nível estratégico de fundamentação do PPGCM, remontando-se ao ano de 2010 quando se iniciou o Processo de Transformação do Exército. Este tem como um de seus pilares estruturantes o vetor Educação e Cultura, a partir do qual fundamenta a intenção de implantar e fortalecer a capacidade de inovação, requisito crítico para o desempenho militar no século XXI (Brasil 2010d).

O documento de mais elevado nível do período, expedido pelo Comando do Exército, consistiu em sua Diretriz Geral 2011-2014. No que de interesse do sistema de Educação e Cultura, destaca-se a determinação, dentre outras, de “incentivar o estudo de estratégia, história militar, liderança, gestão, direito internacional humanitário, relações internacionais, e das tendências da guerra” e de “criar cursos para civis (potenciais formadores de opinião) na ECEME”. Especificamente, quanto à pós-graduação, apresentava a determinação de “buscar o alinhamento entre as pesquisas e o desenvolvimento doutrinário” e de “ampliar o intercâmbio com o meio acadêmico civil, nas áreas da pesquisa científica, educação e cultura, para aprimorar [...] capital intelectual e assegurar maior difusão dos valores e competência do EB na área educacional” (Brasil 2010e).

Ainda, como objetivo estratégico do EB, contido na Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEEx), referente à implantação de um novo e efetivo Sistema de Educação e Cultura, fica estabelecida a intenção de “incrementar a pesquisa científica nos estabelecimentos de ensino” e de “implantar o intercâmbio com o meio acadêmico, em diversos níveis” (Brasil 2014).

Entrementes, papel relevante no processo de resposta aos novos desafios passou a ser desempenhado pela Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército (CADESM), criada em 2011 (Brasil 2011a), que assessora o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) na “formulação de políticas que deem suporte à autonomia do ensino superior militar”, bem como orienta, supervisiona e proporciona as condições normativas para o funcionamento da pós-graduação e da pesquisa científica (Brasil 2012a). O Sistema de Educação Superior Militar no Exército (SESME), conduzido no âmbito daquele Departamento/Coordenadoria, fundamenta-se na LEEEx, pelos quais os créditos das disciplinas dos cursos regulares da carreira (cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de altos estudos militares) são aproveitados pelos programas de pós-graduação corporativos, nível *lato sensu*, permitindo a equivalência de estudos.

A Diretriz do Chefe do DECEEx, que fundamentou a Sistemática de Educação Superior Militar no Exército elaborada pelo CADESM, fixa a condução de cursos de Pós-Graduação *lato e stricto sensu* em Ciências Militares e em Defesa Nacional pela ECEME. Determina que as pesquisas sejam direcionadas aos interesses e necessidades do EB, nas áreas de estudo da Defesa Nacional e da Administração, visando o avanço dos conhecimentos de interesse do Exército e do país, já visualizando a possibilidade de busca de homologação dos cursos não corporativos, junto à CAPES (Brasil 2012b).

Avançando-se no tempo, na gestão do atual Comandante do Exército, documento de cunho similar ao do antecessor foi expedido, denominado “Pensamento e Intenção do Comandante do Exército”. Na área de atuação de Ensino e Cultura, estabelece, como meta, “dar continuidade na implantação de cursos de pós-graduação em Segurança, Defesa e Ciências Militares, inclusive com oferta de vagas para civis, em linhas de pesquisa de interesse do Exército” (Brasil 2015).

Da mesma forma, o Comandante da ECEME, em sua Diretriz de Comando 2015-2016 estabelece que a pesquisa na ECEME será realizada por intermédio do Instituto Meira Mattos (IMM), a quem também cabe coordenar todo o processo de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, devendo,

ainda, prosseguir na consolidação do PPG acadêmico, relativo ao mestrado e doutorado.

Assim, a figura abaixo, ilustra a estrutura de subordinação do sistema de educação do EB, desde seu Comandante até à ECEME/IMM, que confere o alinhamento institucional em prol do PPGCM.



Figura 1 – Estrutura de subordinação e vinculação da ECEME/IMM no EB.

Fonte: os autores.

### Instituto Meira Mattos (IMM)

Tópico à parte deve ser dedicado ao IMM, estrutura singular que possibilitou significativas conquistas referentes ao ensino de pós-graduação no EB. Trata-se de aperfeiçoamento à estrutura inicialmente pensada para a institucionalização dos esforços de PG na ECEME.

Após três anos iniciais, funcionando com a estrutura anteriormente apresentada, verificou-se o esgotamento do modelo, devido à impossibilidade aprofundar-se na evolução indispensável à pós-graduação. Nunes (2012) aponta que a criação de um instituto subordinado à ECEME, por evolução do CEE, com o propósito de ensino e pesquisa afetos àquele centro, proporcionaria à Escola a preservação da autonomia de seus cursos regulares da linha bélica, destacando de sua estrutura um órgão dimensionado para interagir com a CAPES e com as demais agências de fomento, para realizar permanente interface com o meio acadêmico e para incorporar docentes e discentes civis.

A fim de atender aos desafios provocados por essa evolução, foi criado o IMM, por meio da Portaria nº 110, de 6 de outubro de 2011, do DECEX (Brasil 2011b), ratificada pela Portaria nº 724, de 6 de setembro de 2012, do Comandante do Exército (Brasil 2012c). Destina-se, outrossim, a coordenar, orientar, desenvolver e disseminar a pesquisa científica, a pós-graduação e os estudos em Ciências Militares e de Segurança e Defesa; criar oportunidades de pós-graduação para militares e civis nessas áreas; contribuir para o aprimoramento dos cursos regulares da ECEME; colaborar no desenvolvimento da capacitação dos docentes de pós-graduação do EB e promover o intercâmbio acadêmico com instituições do ensino superior civil e militar.

A escolha do nome do General Meira Mattos é homenagem e referência que distinguem a importância e a contribuição do passado, ao prestigiar um consagrado geopolítico do século XX, soldado e acadêmico (Migon 2015). Como soldado, destacou-se na 2ª Guerra Mundial, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), comandou a Brigada Latino-Americana da Força Interamericana de Paz (República Dominicana) e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); e, como acadêmico, obteve o título de Doutor em Ciências Políticas, na Universidade Mackenzie de São Paulo, além de ser autor de diversos livros e artigos sobre Geopolítica, de significativa relevância.

A atual estrutura organizacional pode ser identificada no organograma da figura a seguir:

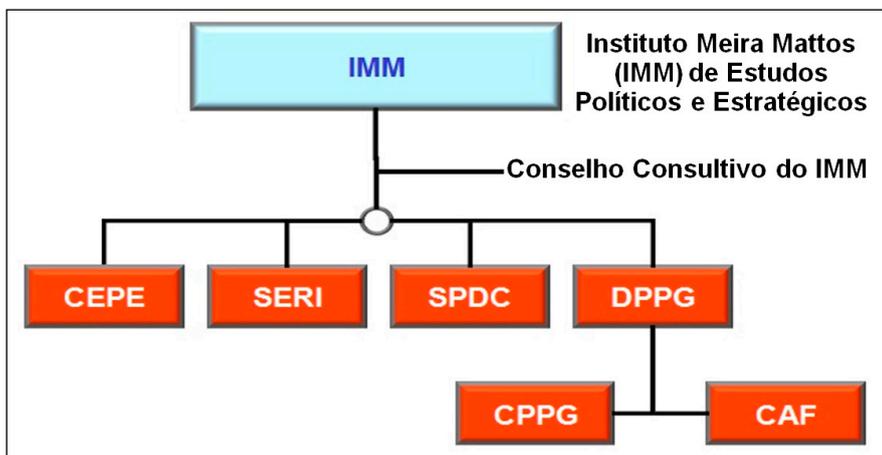


Figura 2. Organograma do IMM.<sup>6</sup>

Fonte: os autores.

A Chefia do Instituto é responsável por, além das atribuições normais de direção, pelas de pró-reitoria do PPG.

Como uma das subestruturas, apresenta-se o Centro de Estudos Políticos e Estratégicos (CEPE), que é responsável por coordenar as linhas de ensino de assuntos estratégicos em consonância com o PPG, bem como contribuir com os cursos regulares da Escola por intermédio das disciplinas e atividades que lhe são afetas.

Outra integrante é a Seção de Eventos e Relações Interagências (SERI), cuja atribuição é desenvolver intercâmbios e ligações com instituições militares e civis, com o meio acadêmico em geral e com os institutos congêneres, nacionais e estrangeiros, buscando a realização de eventos e atividades que envolvam essas organizações, tais como congressos, seminários, jornadas e ciclos de estudos.

Já a Seção de Produção, Divulgação e Catalogação (SPDC) tem por atribuição disseminar o conhecimento científico na área das Ciências Militares e da Defesa e Segurança Nacional, por intermédio de revistas, livros, capítulos de livros, resumos de periódicos e anais de congressos, seminários, jornadas e ciclos de estudos, bem como na atividade de catalogação, armazenamento, recuperação e fomento do acervo da Biblioteca.

O PPGCM é conduzido pelo Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG) e tem a intenção de ser um dos principais programas em sua área de inserção, isto é, as Ciências Militares e Estudos de Defesa, dentro da Área de Avaliação de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES. O Departamento é organizado em Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) e Coordenadoria de Apoio e Fomento (CAF), tendo por finalidade promover, planejar, coordenar, supervisionar, controlar e conduzir a pesquisa e o PPG, bem como atuar na captação de recursos junto aos órgãos de fomento à pesquisa e à pós-graduação. Este vem protagonizando a reformulação das áreas de concentração e das linhas de pesquisa aliada à adoção de um corpo docente próprio, em constante aperfeiçoamento, com projetos de pesquisa bem definidos e inseridos em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, que marcam significativamente a nova fase da pesquisa e da pós-graduação na ECEME.

Por fim, o Conselho Consultivo (*ad hoc*), formado por notáveis acadêmicos e chefes militares, é de fundamental relevância para o IMM, uma vez que as apreciações são transformadas em orientações, recomendações e reflexões para a consolidação da estrutura e de iniciativas propostas. Atualmente, é composto pelo General de Exército Alberto Mendes Cardoso, antigo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Professor Emérito da ECEME; Prof. Dr. Ives Gandra da Silva Martins, jurista, advogado tributarista, escri-

tor e Professor Emérito da ECEME; General de Exército Paulo Cesar de Castro, antigo chefe do DECEEx, Professor Emérito e antigo comandante da ECEME; Prof. Dr. Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da FGV e Professor Emérito da ECEME; General de Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes, Professor Emérito da ECEME; Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ex Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e professor emérito da ECEME; General de Divisão José Carlos Albano do Amarante<sup>7</sup> (*in memoriam*), antigo comandante do Instituto Militar de Engenharia (IME); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Regina Soares de Lima, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ); Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa, da Universidade de São Paulo (USP); e Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo, do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da UFF.

### INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL – AS PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS NOVOS

Em 2012, ao completar onze anos do início de seu programa de pós-graduação, a ECEME resolveu, com o objetivo de tê-los no nível da excelência acadêmica, alçar a pesquisa em Ciências Militares a um novo patamar, alinhada e reconhecida pelo sistema nacional de ensino.

Para tal fim, por intermédio IMM, apresentou a proposta de um curso novo e inédito para a sociedade brasileira, com projeção de impacto, tanto no setor de Defesa, como na comunidade acadêmica nacional. Desta forma, pretendia abordar aspectos interdisciplinares que perpassassem transversalmente por diversas áreas do conhecimento, buscando consolidá-los num amálgama fundamental para a compreensão e estudo das questões que envolvessem a Segurança e a Defesa Nacionais de um Brasil que cada vez mais se insere como importante ator no cenário mundial do século XXI.

Desta feita, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), em sua 141<sup>a</sup> Reunião, realizada entre 19 e 23 de novembro de 2012, após apreciação do parecer da consultoria técnica científica externa, avaliou o curso de Mestrado Acadêmico em Ciências Militares da ECEME. Por meio do Ofício nº 235-20/2012/CTC/CAA II/CGAA/DAV, de 27 de novembro de 2012, endereçado ao Pró-Reitor de Pós-Graduação da ECEME, o então Coronel Richard Fernandez Nunes, foi comunicado o resultado da avaliação da proposta de curso novo na área de Ciência Política e Relações Internacionais, que garantiu a recomendação, atribuindo-lhe a nota 3. No prosseguimento, a homologação foi dada pelo MEC, por meio da Portaria Ministerial nº 1.009, de 10 outubro de 2013 (Brasil 2013).

O Mestrado Acadêmico em Ciências Militares passou a apresentar como objetivo principal a formação de quadros, tanto civis quanto militares, aptos a cooperarem na formulação das políticas de Estado nos diversos aspectos que envolvem as questões de Defesa Nacional, desenvolvendo as competências e habilidades imprescindíveis para a tomada de decisão no âmbito da estratégia e da segurança. Ademais, intencionava que os discentes egressos do PPGCM tivessem desenvolvido a habilidade de compreender a evolução teórica e a realidade contemporânea dos Estudos da Paz e da Guerra; compreender, analisar, assessorar e criticar os processos associados à Gestão da Defesa, com ênfase nas questões associadas à Defesa Nacional; à formulação de políticas públicas; ao processo decisório nos níveis político e estratégico, com ênfase nos assuntos associados à Segurança e Defesa; à evolução da Teoria da Guerra e da Estratégia, com ênfase na conflitualidade contemporânea; à evolução da Doutrina de Defesa, com ênfase para a realidade nacional; à Logística de Defesa e à evolução da Economia de Defesa, com ênfase para a realidade brasileira; os conflitos em todas as suas variadas dimensões; e conhecer e aplicar, com rigor e pertinência, métodos e técnicas de pesquisa.

Destarte, em 2014, foram matriculados os primeiros discentes civis no curso de Mestrado, cujas dissertações foram defendidas no segundo semestre de 2015 e no início de 2016, a saber: os internacionalistas Ana Laíse Ferreira Herculano Batista, Lucas Soares Portela e Tathiany Barros Bonavita de Almeida (atualmente oficial da Marinha do Brasil) e o administrador de empresas Rodrigo Simão Barbosa. Desde a homologação do curso, em 2013, até este momento, a ECEME entregou à sociedade cerca de trinta mestres em Ciências Militares.

Com o continuado objetivo de incremento na qualidade e na consolidação do PPGCM, foi confeccionado, ainda em 2013, proposta de mapa estratégico (planejamento estratégico do PPGCM, com recorte temporal até 2017), o qual foi submetido à apreciação dos integrantes do Conselho Consultivo do IMM, em 12 de novembro de 2013 (Santos 2015; Migon 2013). A iniciativa revelava, dentre outras metas, a intenção de propor o curso de Doutorado em Ciências Militares à apreciação da CAPES, bem como toda a estrutura de consolidação do Mestrado Acadêmico.

Com tal intuito, em 13 de agosto de 2015, face à expertise adquirida com o curso supracitado, com o estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnico-Científica com IES civis e fruto do momento de vanguarda acadêmica e de capacitação profissional, houve a apresentação de proposta do Doutorado como curso novo (APCN), para avaliação da CAPES – degrau acadêmico mais alto a ser alcançado pelas Ciências Militares no país.

É importante frisar que a proposta do APCN do Doutorado nasceu de parcerias institucionais pregressas da ECEME com a UFPE e com Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estas trazem em seu interior a expertise de programas de doutorado nota 6 (UFPE) e 4 (UFRGS), agregando quatro docentes titulares, três coordenadores de programa e um Pró-Reitor, em sinergia com jovens docentes da ECEME, na construção e difusão do conhecimento científico. De maneira singular, a proposta também aponta um movimento atípico, onde um Programa do Nordeste auxilia outro do Sudeste a estabelecer-se e progredir. De fato, foram as aproximações em projetos de pesquisa que possibilitaram a proposição do Mestrado em Ciências Militares, em 2012, e maturaram a proposição do Doutorado, em 2015. São laços robustos que unem estas IES em torno de uma proposta de indução do desenvolvimento de curso *stricto sensu*, nível Doutorado, em instituição militar. A ação promoveu, outrossim, o estreitamento das relações civis-militares,<sup>8</sup> pela promoção do debate acadêmico no interior da ECEME, estabelecimento de ensino que forma os futuros comandantes da Força Terrestre, bem como promove a realização de pesquisas na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Nesse construto, em 15 de março de 2016, a ECEME recebeu, em diligência de visita referente ao APCN 909/2015, os consultores da CAPES, Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Balthazar Tostes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Prof. Dr. Rafael Duarte Villa, da Universidade de São Paulo (USP), a fim de avaliarem a proposta *in loco*.

Para júbilo, a etapa final consistiu na divulgação das propostas analisadas durante a 164<sup>a</sup> Reunião do CTC-ES, realizada no período de 30 de maio a 03 de junho de 2016, em Brasília. Em 9 de junho de 2016, foi dada a publicidade aos resultados da avaliação dos cursos novos acadêmicos e profissionais. O curso de Doutorado em Ciências Militares alcança notável conquista na Área de Avaliação de Ciência Política e Relações Internacionais, passando a ser recomendado pela CAPES ao reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação do MEC, garantindo a autorização a expedir diplomas com validade nacional e a possibilidade de oferecimento universal à sociedade.

Portanto, o PPGCM da ECEME representa uma iniciativa ímpar no âmbito do sistema de ensino nacional, sendo simultaneamente credenciado junto ao sistema de ensino civil (fruto do reconhecimento do curso pela CAPES/MEC) e ao sistema de ensino militar (fruto da autonomia deste, à luz do Art. 83/LDB, e do reconhecimento do curso pelo SESME/DECEX). Neste sentido, torna-se ponto de tangência e convergência entre saberes e culturas, favorecendo a aproximação entre ambos os modelos e entre civis e militares.

Área de Avaliação	Nome do Curso	Nível	Sigla	Instituição de Ensino	Nota CTC-ES
ARQUITETURA E URBANISMO	Arquitetura e Cidade	ME	UVV	UNIVERSIDADE VILA VELHA	3
ARQUITETURA E URBANISMO	Design	ME	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3
ARQUITETURA E URBANISMO	Arquitetura e Urbanismo	ME	UnICEUB	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	3
BIOTECNOLOGIA	Biotecnologia	ME	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	3
<b>CIÊNCIA POLÍTICA</b>	<b>Ciências Militares</b>	<b>DO</b>	<b>ECEME</b>	<b>ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO</b>	<b>4</b>
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	Biologia da Interação Patógeno Hospedeiro	ME	CPqLMD/FIOCRUZ	CENTRO DE PESQUISA LEÔNIDAS E MARIA DEANE/FIOCRUZ	3

Figura 3 – Relação de cursos acadêmicos recomendados na 164ª Reunião do CTC-ES  
 Fonte: Adaptado de Brasil (2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recupera-se a pauta deste trabalho, com a expectativa de que se tenha cumprido o objetivo investigar o papel sócio-histórico da ECEME, como IES, na gestão do PPGCM, inserido na área de concentração de Defesa Nacional. Ademais, a pesquisa buscou resgatar registros similares e periódicos da trajetória singular do PPGCM. Trata-se, sem dúvida, de um Programa idealizado, alicerçado e construído na passagem de diferentes gerações pela Escola, integrando ora a SPG, CEE ou IMM. Estes, discentes e docentes, civis e militares, puderam contribuir com ideias, reflexões, iniciativas e ações, que vêm concretizar, neste ano de 2016, após um processo de quase vinte anos, desafiador e auspicioso (para alguns, utópico) objetivo institucional do EB – todos os cursos *stricto sensu* da ECEME (Mestrado Acadêmico, Doutorado e Pós-doutorado) alcançaram nível de reconhecimento que ultrapassa os muros dos quartéis, indo ao encontro da academia, da sociedade brasileira e internacional.

Dentro desse escopo, percebe-se a inserção do PPGCM, de forma ativa e relevante, na agenda de pesquisa e do ensino de pós-graduação em Segurança e Defesa. Um indicador é a forte aproximação da ECEME a outras IES nacionais e estrangeiras. A ECEME tem Acordos Técnicos de Cooperação assinados ou em fase avançada de análise com a UFRGS (Centro de Estudos Internacionais sobre Governo – CEGOV e PPG Estudos Estratégicos Internacionais), Universidade da Força Aérea – UNIFA (PPG Ciências Aeroespaciais), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional), UFPE (PPG Ciência Política), bem como Entendimento Acadêmico com a *Universidad Complutense de Madrid*. Outra referência é a sólida participação, institucional e individual, no âmbito da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), quer no apoio institucional quer na participação como associados. No Encontro Nacional de 2013 (ENABED Belém), verifica-se

a colaboração de docentes na comissão científica (um) e na comissão organizadora (dois), assim como elevada participação discente, o que se torna mais relevante em função da complexidade e dos custos associados à distância física do evento. No Encontro Nacional de 2014 (ENABED Brasília) verifica-se a mesma situação (um docente em comissão científica e dois na organização), com incremento na organização de simpósios temáticos (quatro simpósios conduzidos por docentes), mesas de debates e minicursos. Fez-se participar, ainda, em 2015, do Encontro Regional da ABED em Brasília, com dois discentes e, em 2016, no Encontro Estadual de Roraima, com a apresentação de trabalho por um discente. No Encontro Nacional de 2016 (ENABED Florianópolis) o PPGCM contribuiu com 23 trabalhos, dos quais dois elaborados por docentes; dois por civis ex discentes de Mestrado Acadêmico; um por estagiária de Pós-doutorado; sete por doutorandos e onze por mestrandos, dos quais sete em primeiro ano de estudos.

Por fim, pontua-se que as inovações em andamento no PPGCM da ECEME têm potencial de transbordamento para o EB, exércitos de nações amigas, MD e para a sociedade em geral. A médio e longo prazo, inclusive, como consequência da formação de civis, estimam-se reflexos no âmbito da Administração Federal e nas empresas da Base Industrial de Defesa. Em função da capilaridade das ações são visualizados reflexos junto a amplo segmento acadêmico, civil e militar, tais como CNPq, CAPES e todas as instituições que interagem com a agenda de ensino e pesquisa em Ciências Militares.

## REFERÊNCIAS

100 Anos – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2005. *Verde-Oliva*, Brasília, 32 (185), 34-37, jul./ago./set.

Bellvé, Mariano Rubió. 1895. *Diccionario de ciencias militares*. Barcelona: Revista científico-militar y Biblioteca Militar.

Brasil. 1896. Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896. Crea o Estado-Maior do Exército e a Intendencia Geral da Guerra, e dá outras providencias. *Lex*: Coleção de Leis do Brasil - 1896, Página 34 Vol. 1 (Publicação Original), Capital Federal.

\_\_\_\_\_. 1905. Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905. Approva os regulamentos para os institutos militares de ensino. *Lex*: Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Capital Federal.

\_\_\_\_\_. 1920. Decreto nº 14.130, de 7 de abril de 1920. Approva o regulamento para a Escola de Estado-Maior do Exército. *Diário Oficial da União*, Capital Federal, 12 maio 1920. Seção 1, 8215 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. 1961. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lex*: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília.

\_\_\_\_\_. 1996. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Lex*: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

\_\_\_\_\_. 1999a. Lei nº 9786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. *Lex*: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

\_\_\_\_\_. 1999b. Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. *Lex*: Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2002. Despachos do Ministro. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 mar. Seção 1, nº 058, 12.

\_\_\_\_\_. 2008a. Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 13 de novembro de 2008. Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação lato sensu. *Diário Oficial da União*, 14 nov. 2008. Seção 1, pág. 44. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2008b. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. 2. ed. Brasília: MD.

\_\_\_\_\_. 2010a. Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. *Lex*: Boletim do Exército nº 34/2010. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2010b. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília: CAPES. 2 v.

\_\_\_\_\_. 2010c. Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa - PEEnsD e dá outras providências. *Lex*: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2010d. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. *Processo de Transformação do Exército*. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2010e. Exército Brasileiro. *Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014*. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2011a. Exército Brasileiro. *Portaria nº 389, de 4 de julho de 2011*. Cria a Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército (CADESM). Brasília.

\_\_\_\_\_. 2011b. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. *Portaria Nº 110 - DECEX, de 6 de outubro de 2011*. Cria o Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2012a. Departamento de Educação. Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército. *EB60-IR-57.001. Regimento Interno da Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército*. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2012b. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército. *EB60-IR-57.002. Sistema de Educação Superior Militar no Exército: Organização e Execução*. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2012c. Exército Brasileiro. *Portaria nº 724, de 6 de setembro de 2012*. Cria o Instituto Meira Mattos, extingue o Centro de Estudos Estratégicos e altera dispositivos do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2013. Ministério da Educação. *Portaria Ministerial nº 1.009, de 10 outubro de 2013. Diário Oficial da União*, Brasília, 11 out. 2013. n. 198, Seção 1, 13.

\_\_\_\_\_. 2014. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. *Portaria nº 306-EME, de 22 de dezembro de 2014*. Aprova a Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX - 2014) e dá outras providências. Brasília.

\_\_\_\_\_. 2016. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Resultado da Avaliação de Proposta de Curso Novo: Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado. *09062016-CTC-164.xls*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/entrada-no-snpq-propostas/mestrado-e-ou-doutorado-academico/resultados>> Acesso em: 10 jun. 2016.

Cordis (Community Record & Development Information Service). 2007. Classificação das áreas científicas CORDIS (versão portuguesa). Porto: Universidade do Porto.

Domingos Neto, M. 2006. Defesa e Segurança como área do conhecimento científico. *Tensões Mundiais*, 2 (3), 136-149.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2005. *ECEME - a escola do método: um século pensando o Exército*. In: Peres, C. R., Câmara, H. de F. (Org.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Fry, D. P., Söderberg, P. 2013. Lethal aggression in mobile forager bands and implications for the origins of war. *Science*, 341 (6143), 270-273.

Gat, A. 1992. *The Development of Military Thought: The Nineteenth Century*. Londres: Oxford University Press.

Jordan, K. C. Military Science. In: Piehler, G. K. (Ed.). 2013. *Encyclopedia of Military Science*. Los Angeles: SAGE Reference Publications, 880-885. 4 v.

Maia Neto, J. 2012. Os Desafios do Ensino Militar: Transformando a Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Militares. *Coleção Meira Mattos: revista das Ciências Militares*, Rio de Janeiro, 26, 19-25.

Marcusso, M. F. A criação da Escola de Estado-Maior e o estudo de Instituições Militares de Ensino: história e epistemologia (1905-1919). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1456775603\\_ARQUIVO\\_Marcus\\_Fernandes\\_Marcusso.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1456775603_ARQUIVO_Marcus_Fernandes_Marcusso.pdf)> Acesso em: 30 maio 2016.

Melo, M. A. S. 2002. A pós-graduação na ECEME. *Programa de Atualização dos Diplomados pela ECEME (PADECEME)*, Rio de Janeiro, 22-29.

Migon, E. X. F. G. 2015. O que vai pelas Forças - Instituto Meira Mattos. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, 86 (456), fev./mar./abr.

\_\_\_\_\_. 2014a. *Ensino na Temática Segurança e Defesa (Apresentação)*. Seminário “Ensino de Pós-graduação em Segurança & Defesa. Brasília: CAPES.

\_\_\_\_\_. 2014b. (relator). Proposta de criação de Área ou Subárea de Defesa: relatório do Grupo de Trabalho. Seminário “Ensino de Pós-graduação em Segurança & Defesa. Brasília: CAPES.

\_\_\_\_\_. 2013a. *Mapa Estratégico do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (proposta preliminar)*. Rio de Janeiro: ECEME.

\_\_\_\_\_. 2013b. Segurança, Defesa e as Relações Cívico-Militares: (Re)leituras em apoio à Construção de uma Nova Agenda Brasileira. *Revista de Ciências Militares [em linha]*, 1 (1), 101-121.

Nunes, R. F. 2012. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o Processo de Transformação do Exército Brasileiro. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares*, Rio de Janeiro, 26, 9-17.

Pellegrini, R. P. 1997. *The Links between Science, Philosophy, and Military Theory: Understanding the Past, Implications for the Future*. 60 f. Tese (Airpower Studies) - Faculty of the School of Advanced Airpower Studies - Maxwell Air Force Base, Alabama.

Pelegrino Filho, A. 2005. A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME. *Programa de Atualização dos Diplomados pela ECEME (PADECEME)*. Rio de Janeiro, 10-20. Edição Especial.

Portugal. Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar. 2016. *Definição de Ciências Militares*. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/pt/investigacao/definicao-de-ciencias-militares>>. Acesso em: 30 maio 2016.

Raleiras, M. S. T. 2012. O Doutoramento em Ciências Militares. Um fim ou uma fase do processo educativo das Forças Armadas? *Boletim Ensino | Investigação*, Lisboa, 12, 185-220, maio.

Saint-Pierre, H. L. et al. 2012. *Seminário sobre a Configuração dos Estudos da Defesa Como Área do Conhecimento Científico*. Reunião conjunta ABED-CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Santos, A. O. 2015. *A ECEME fortalece seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares e dá avanços significativos na consolidação de seus cursos de mestrado e doutorado*. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/noticias/4099-a-eceme-fortalece-o-seu-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-militares-e-da-avancos-significativos-na-consolidacao-de-seus-cursos-de-mestrado-e-doutorado>>. Acesso em: 30 maio 2016.

Smith, H. 2004. *On Clausewitz: A study of Military and Political Ideas*. Nova York: Palgrave Macmillan.

Wrangham, R. W.; Glowacki, L. 2012. Intergroup aggression in chimpanzees and war in nomadic hunter-gathers: evaluating chimpanzees model. *Human Nature*, 23, 5-29.

NOTAS

1. A presente comunicação de resultados é parte dos esforços dos autores no âmbito do projeto “Rede Nacional de Estudos Estratégicos” (Pró-Estratégia/CAPES). Também, para o 2º autor, é consequência de ações desenvolvidas no contexto dos projetos “A condução da política de defesa no Brasil e em perspectiva comparada” (Pró-Estratégia/CAPES) e “Pesquisa na Educação Superior Militar: das Políticas às Práticas” (CAPES/PNPD).
2. Conforme orientação recente da *The Scientific Electronic Library Online* (SCIELO/FAPESP), particulariza-se a participação autoral, como segue. O 1º autor continuou e ampliou a pesquisa inicial e participou da análise e interpretação dos dados e da redação preliminar e final do texto. O 2º autor concebeu a pesquisa, realizou as fases inicial e intermediária da mesma e participou da análise e interpretação dos dados, da revisão crítica do texto e da redação final do mesmo.
3. Os conteúdos consolidados neste artigo foram inicialmente desenvolvidos em apoio à participação do 2º autor no Seminário “Ensino de Pós-graduação em Segurança & Defesa” (Migon 2014a), organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e no grupo de trabalho “Defesa enquanto área do conhecimento”, organizado pelo Ministério da Defesa no ano seguinte. Uma versão preliminar do texto foi apresentada e discutida pelo 1º autor no IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), realizado em Florianópolis (2016).
4. Não sendo objetivo deste artigo discutir a taxonomia das ciências, e sem desconhecer a complexidade do assunto e a ampla falta de consenso quanto à sistematização disciplinar do conhecimento, registra-se aqui tão somente a abrangência do marco normativo. Para aprofundamento do debate sugere-se Domingos Neto (2006), CORDIS (2007), Saint Pierre (2012), Migon (2014a), dentre outros.
5. Trata-se de proposta que não prosperou, quer pelo incipiente (mesmo inexistente) debate à época, quer pela dinâmica natural do campo de estudos, cuja evolução tornou a proposta obsoleta. Para uma visão mais atualizada do pensamento da área, sugere-se o relatório do grupo de trabalho que discutiu a criação da área ou subárea de Defesa, no âmbito do Seminário “Ensino de Pós-graduação em Segurança & Defesa” (Migon 2014b), organizado pela CAPES.
6. A inserção do complemento “de Estudos Políticos e Estratégicos” vem sendo observada em período mais recente, assim como também se verifica a modificação da estrutura organizacional, já não mais vigendo a originalmente aprovada (Portaria nº 724-Cmt Ex, de 6 de setembro

de 2012, publicada no Boletim do Exército nº 37, de 14 de setembro de 2012 e disponível em [www.sgex.eb.mil.br](http://www.sgex.eb.mil.br).

7. Os autores registram aqui o recente falecimento do Gen. Div. (Prof. Dr.) Amarante, a quem registram os mais sinceros votos de reconhecimento e homenagem.
8. Relações civis-militares é tópico de longo interesse da Ciência Política, das Ciências Militares e de pesquisadores dedicados aos Estudos de Defesa. Todavia, a delimitação, os contornos, os entendimentos e, mesmo, o emprego da expressão que designa este tópico específico de reflexão são, com alguma frequência, pouco consistentes. Uma sistematização, talvez com maior interesse para jovens pesquisadores em Ciências Militares, pode ser obtida em Migon (2013b).

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: AS CIÊNCIAS MILITARES

RESUMO

Trata-se de pesquisa associada à evolução do ensino de Pós-graduação em Ciências Militares no Brasil. Utilizou-se a metodologia qualitativa, a partir da técnica de análise documental, observadas fontes primárias (legislação) e secundárias. Aborda-se o conceito de Ciências Militares e o processo de evolução desta no país, com ênfase para o papel da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Palavras-chave: Ciências Militares; Ensino Militar; Pós-graduação; Estudos de Defesa; Exército (Brasil).

ABSTRACT

It is a research associated to the evolution of the teaching of Post-graduation in Military Sciences in Brazil. The qualitative methodology was used, based on the documental analysis technique, observing primary sources (legislation) and secondary sources. The concept of Military Sciences is discussed and the process of evolution of this in the country, with emphasis on the role of Army Command and Staff School.

Keywords: Military Sciences; Military Teaching; Postgraduate studies; Army (Brazil); School of Command and Staff (Army).